



RIO DE JANEIRO

Seis pessoas testaram positivo e investigações levaram a exames realizados por laboratório — um dos sócios é primo do ex-secretário estadual de Saúde — sediado na Baixada Fluminense. Infecções foram descobertas há cerca de um mês

Reprodução/Redes sociais



Testes do PCS Lab Saleme não detectaram a infecção pelo HIV de órgãos disponibilizados para transplantes

Hélio Rizzo/Câmara dos Deputados



Doutor Luizinho é primo de um dos donos do laboratório. "Espero punição, independentemente de quem for"

Pacientes contraem HIV depois de transplantes

» MAYARA SOUTO

Seis pessoas testaram positivo para o HIV, depois de receberem transplante de órgãos no estado do Rio de Janeiro, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A falha teria sido cometida pelo PCS Lab Saleme, cujos exames não detectaram a infecção pelo vírus dos órgãos transplantados. O laboratório foi contratado por licitação pela Fundação Saúde, que integra a estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ). A ministra da Saúde, Nísia Trindade, determinou uma auditoria no braço fluminense do Sistema Nacional de Transplantes (SNT).

A situação veio à tona ontem, em reportagem da rádio Band News FM. Mas as infecções foram descobertas em 10 de setembro, quando um dos pacientes transplantados deu entrada em um hospital ao apresentar sintomas neurológicos relacionados ao HIV — e testou positivo. Ele não tinha o vírus antes de receber um coração novo, no fim de janeiro.

Investigação conjunta da Polícia Civil fluminense e do Ministério da Saúde chegou a dois exames realizados pelo PCS Lab Saleme que não teriam

acusado o vírus. O laboratório teve o mais recente contrato com a SES-RJ, de R\$ 11 milhões, assinado em dezembro de 2023. No entanto, a empresa já prestava serviço para a Secretaria de Saúde desde 2022 — ao todo, cerca de R\$ 20 milhões foram repassados desde então à empresa de análises clínicas.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da Vigilância Sanitária Local, interditou o PCS Lab Saleme ontem mesmo, até que as investigações sejam concluídas. Com isso, todos os exames passam a ser feitos no Hemorio, utilizando testes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Por recomendação do Ministério, todos os exames realizados pelo laboratório serão refeitos.

A 5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), instaurou um inquérito civil para investigar as irregularidades no programa de transplantes no estado. O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) abriu sindicância para apurar as denúncias.

"A situação é gravíssima", avaliou Walter Palis, presidente da entidade, em comunicado.

Em nota, a SES-RJ informou

Reprodução/Redes sociais



Nísia foi às redes sociais para frisar que o Sistema Nacional de Transplantes é seguro e que este caso é isolado

que o caso é inadmissível e que criou uma comissão multidisciplinar para acolher os pacientes afetados. "O laboratório privado, contratado por licitação pela Fundação Saúde para atender o programa de transplantes, teve o serviço suspenso logo após a ciência do caso e foi interditado cautelarmente.

A Secretaria está realizando um rastreio com a reavaliação de todas as amostras de sangue armazenadas dos doadores, a partir de dezembro de 2023, data da contratação do laboratório. O serviço de transplantes no Estado do Rio sempre realizou um trabalho de excelência e, desde 2006, salvou as vidas

de mais de 16 mil pessoas", afirma a pasta.

Nísia, por sua vez, emitiu nota no sentido de acalmar a população, assegurando que o sistema de transplantes do SUS é seguro e que este é um episódio isolado. "Prestaremos toda assistência a essas pessoas e seus familiares. Quero aqui, além da solidariedade, reforçar o compromisso do Ministério de garantir a segurança, a efetividade e a qualidade que são marcas insubstituíveis do Sistema Nacional de Transplantes do Brasil", afirmou a ministra, em vídeo postado nas redes sociais.

Em nota, o Ministério da Saúde reforçou que o SNT é "reconhecido como um dos mais transparentes, seguros e consolidados do mundo". "Existem normas rigorosas que visam a proteger tanto os doadores quanto os receptores, garantindo que os transplantes realizados no país mantenham um alto nível de confiabilidade".

Parentesco

O PCS Lab Saleme é sediado em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, e tem como um dos proprietários Matheus Sales Teixeira Bandoli Vieira, primo do ex-secretário de Saúde do

Rio de Janeiro Doutor Luizinho, que é líder do PP na Câmara dos Deputados. Por meio de nota, o parlamentar disse que "lamentavelmente o ocorrido" e que deseja "punição exemplar para os responsáveis".

Luizinho também negou ter fechado qualquer contrato com laboratórios na gestão que fez à frente da SES-RJ. "É muito triste, como um dos maiores defensores dos transplantes no país — minha vida pública está marcada pela ampliação do número de transplantes no Estado —, ver casos graves como esse. Espero punição aos responsáveis, independentemente de quem for", diz a nota do deputado.

Entretanto, a irmã do parlamentar, Débora Lúcia Teixeira, trabalha na Fundação Saúde, autarquia do governo fluminense que celebra os contratos com os prestadores de serviço para a SES-RJ.

Também em nota, o PCS Lab Saleme afirmou que abriu sindicância interna para apurar as responsabilidades do caso envolvendo diagnósticos de HIV em pacientes transplantados. De acordo com o laboratório, esse episódio é "sem precedentes na história da empresa, que atua no mercado desde 1969".

PROIBIÇÃO DE CELULARES

MEC pode pegar carona em projeto de lei

» JULIANA SOUSA*
» PEDRO JOSÉ*

O Ministério da Educação pretendia apresentar, antes do Dia das Crianças — festejado hoje —, o projeto de lei para proibir o uso de celulares nas escolas públicas e privadas, mas, agora, não tem data para ser divulgado. A informação foi confirmada pelo **Correio** junto a pasta, que garantiu que o texto está sendo elaborado. Porém, o MEC também trabalha com a possibilidade de pensar a proposta a um PL que já tramita na Câmara dos Deputados a fim de ganhar tempo e implantar, o quanto antes, a proibição ao acesso aos aparelhos nas unidades escolares.

O projeto está sob a relatoria do deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) e impediria o uso e porte de celulares inclusive nos intervalos entre as aulas. O texto tem como foco os alunos da educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental — o ensino médio pode ficar de fora da restrição.

De acordo com o PL, as exceções à proibição incluem o uso de celulares para fins pedagógicos, desde que autorizados pelos professores, e o uso por alunos com deficiência — cuja permissão facilita a inclusão junto aos demais alunos.

O principal argumento para a proibição é o da proteção à saúde mental e física dos estudantes, por meio do combate ao uso

excessivo de redes sociais — que pode levar à dependência e agravar problemas como distúrbios de sono e desenvolver o sedentarismo. A proposta defendida pelo MEC sugere, também, que sejam realizadas reuniões com pais e responsáveis para discutir os riscos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos. Nesse pacote inclui-se treinamento para que professores identifiquem sinais de problemas relacionados ao uso excessivo do celular.

Segundo o ministro da Educação, Camilo Santana, a proibição do uso do celular no ambiente escolar é fundamentada em estudos que evidenciam os danos que o uso indiscriminado desses dispositivos pode

causar — sobretudo em relação ao aprendizado. O MEC pretende seguir medidas adotadas por países como França, Itália e Grécia, além de algumas regiões e municípios brasileiros.

Um desses casos é o do Rio de Janeiro, onde a proibição foi implementada desde o início do ano letivo — e está, segundo levantamento da Prefeitura, apresentando resultados positivos no aprendizado dos estudantes. Tais dados foram obtidos a partir de avaliações e relatos de diretores, que notaram que os alunos ficaram mais concentrados sem os aparelhos.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

Luis Fortes/MEC



Santana pretendia apresentar proposta antes do Dia das Crianças